

Eu conto com a presença de todos vocês para que a gente possa inaugurar esse espaço, com a ajuda do nosso governador Cláudio Castro, e com esses dois clubes que estão operando o Maracanã.

Muito obrigado por esse trabalho, como o nosso Deputado falou ali. O trabalho que você está fazendo é uma continuidade do trabalho feito pela família, defendendo os autistas, mas não só o autista e, sim, qualquer pessoa que tenha deficiência.

O SR. FRED PACHECO - Obrigado, Presidente Brazão.

Primeiramente, quero agradecer as palavras do meu querido amigo e Presidente da CCJ, Deputado Rodrigo Amorim. É uma honra poder presidir hoje a Comissão da Pessoa com Deficiência, que é um legado também do Deputado Márcio Pacheco. É uma alegria poder dar continuidade e, também, propor novas formas de fazer e, sem dúvida nenhuma, atingir cada vez essa população que tanto sofre e tanto precisa de ajuda. Quero agradecer as suas palavras e dizer, Sr. Presidente Brazão, que essa reaproximação com a FIA foi extremamente importante para nós e agora esta é a nossa principal intenção, fazer com que a FIA seja, de fato, um instrumento de ajuda e apoio às instituições que tanto precisam. Eu tenho certeza, a presidente Fernanda se mostrou absolutamente a par de toda a situação e está nos ajudando muito a fazer essa aproximação e fazer com que, de fato, os recursos cheguem da maneira correta para as instituições sérias, e quero lhe agradecer por isso.

Só quero fazer um breve comentário sobre o projeto de lei de autoria do Deputado Waldeck Carneiro, extremamente meritório, eu acho que estamos no caminho da inclusão. Esse é o caminho, é uma semente plantada para, de fato, tornar o Rio de Janeiro e o Brasil cada vez mais inclusivo para todos e, com base nesta questão, acho que precisamos avançar ainda no tema, eu propus uma emenda ao projeto sugerindo que não somente fosse o dia para as crianças e adolescentes, mas, sim, para todos, porque hoje o diagnóstico tardio tem acontecido de maneira muito clara para adultos. Então, esta é uma maneira de contribuir para que o projeto que já é extremamente meritório seja ainda mais inclusivo. Então, a proposta de emenda foi para que ele seja não somente para crianças e adolescentes, mas para todas as pessoas que têm, de fato, o Transtorno do Espectro Autista.

Muito obrigado.

O SR. OTONI DE PAULA PAI - Sr. Presidente, apenas aproveitando para parabenizar o Deputado Waldeck Carneiro.

O senhor falou do Maracanã, quero anunciar, mais uma vez, que nos últimos dois jogos FlaxFlu a Secretaria de Esportes, com a participação do projeto "Esporte para PCDs", levou ao Maracanã 30 autistas no primeiro jogo e 30 no segundo. E, agora, no próximo jogo novamente vamos ter ali no Maracanã, no dia 25, mais 30 autistas. Isso está trazendo um vigor a essa comemoração tão especial que estamos tendo neste mês de abril.

Parabéns também por sua iniciativa de ter esse espaço lá o Maracanã objetivando este assunto.

Parabéns!

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente, o Deputado Ottoni de Paula Pai esqueceu de mencionar a presença nobre do nosso querido amigo Renato de Paula que está ali, tem conduzido essa política com muita ênfase, vice-presidente de Esportes lá da Suderj, tem feito um grande trabalho. Parabéns. O nosso reconhecimento. Faça aqui a minha declaração de que o meu Ottoni preferido. Melhor que o Ottoni Pai e melhor que o Ottoni de Brasília é o Renato que está ali. Uma saudação especial ao Renato.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Parabéns, Renato. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

O projeto recebeu seis emendas e retorna às Comissões.

Anuncia-se a Discussão Única, em Tramitação Ordinária:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA 635/2022, DE AUTORIA DA DEPUTADA MARTHA ROCHA, QUE SOLICITA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR CLÁUDIO CASTRO O ENVIO DE MENSAGEM DISPONDO SOBRE A CRIAÇÃO DO CÓDIGO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PARECER DA COMISSÃO DE INDICAÇÕES LEGISLATIVAS, FAVORÁVEL.
RELATOR: DEPUTADO RAFAEL DO GORDO

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, tem a palavra a Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, não há como não pensar no passado sem nos lembrarmos da importância dos servidores da área da Saúde.

Esta Casa, a última legislatura, teve importantes embates, não só na questão da pandemia da Covid-19, mas, também, o Plano de Cargos e Salários da área da Saúde. E, naquele momento, eu presidia a Comissão de Saúde e isso me aproximou dos servidores da área da Saúde e, também, da Associação dos Servidores que trabalham na área da Vigilância Sanitária.

A presente Indicação Legislativa é fruto desse diálogo do nosso mandato com os profissionais da área da Saúde. É bom lembrar que o Sistema Único de Saúde nos cobra isso, as questões da pandemia, as questões do controle das ações da área da Saúde, dos estabelecimentos de Saúde, nos cobra a importância de um Código de Saúde.

Existe o Código de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, que tem 175 artigos. Entretanto, no ano de 2017, houve uma consulta pública formulada pela Secretaria de Estado de Saúde, e essa consulta pública originou um processo administrativo que foi amplamente discutido também com os servidores da área da Saúde, os servidores da Vigilância Sanitária, mas lamentavelmente o que foi produzido por essa consulta pública acabou sendo arquivado na Secretaria de Estado da Saúde em 2018.

Como se isso tudo não bastasse - e esta Casa foi protagonista desse debate -, temos as questões relativas à comercialização de bens e serviços relacionados à Saúde, a discussão sobre a expansão da rede privada e, também, a discussão sobre o complexo econômico e industrial da Saúde. Vejo aqui a Deputada Erika Takimoto. Recentemente, a Comissão de Saúde, presidida pelo Deputado Tande, e a Comissão de Ciência e Tecnologia convidaram o assessor de Economia desta casa, o queridíssimo Mauro Osório, para debater o que se trata o complexo industrial da Saúde.

Segundo os dados do IBGE, o Brasil investiu 546 bilhões na aquisição de bens e serviços da Saúde. Isso corresponde a mais de 9% do PIB em 2017. A Anvisa divulgou no seu anuário estatístico do mercado farmacêutico que o setor industrial farmacêutico - daí a importância do complexo industrial da Saúde do Estado do Rio de Janeiro - cresceu mais de 7% em 2019 e que o seu faturamento evoluiu de 79 para 85 bilhões. Ao mesmo tempo, em 2018, nós tivemos o aumento do número de empresas que comercializam medicamentos, e hoje o Brasil tem já 224 empresas que atuam nessas áreas. E os medicamentos comercializados também cresceram mais de 5,3%, passando de 5.601 para 5.897 produtos.

Por tudo isso, é fundamental que tenhamos exatamente a criação do Código da Saúde do Estado do Rio de Janeiro, e eu espero verdadeiramente que o nosso Governador faça chegar às mãos da Secretaria de Saúde este projeto e que nós possamos, com a Comissão de Saúde, com a Comissão de Ciência e Tecnologia, com a Comissão de Servidores Públicos, discutir esse texto, lembrando que a apresentação desse texto foi feita por quem sabe e por quem está à frente, está no chão da área da Saúde, está nos postos de saúde, está nos hospitais. Por isso, todo dia é dia de aplaudir os profissionais da área da Saúde.

Quero agradecer na pessoa do presidente da Asservisa, André Ferraz, e do nosso companheiro também do Fórum Permanente dos Servidores Públicos, Fospserj, esperando que possamos estar aqui aplaudindo os servidores da área da Saúde. Agradeço por ter sido procurada por eles para apresentar essa Indicação Legislativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Obrigado, Deputada. Deputada Erika Takimoto, quer discutir?

A SRA. MARTHA ROCHA - Nossos servidores se encontram em plenário. Então, muito obrigada por estarem conosco hoje.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Em discussão a matéria. Para discutir a matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, a Deputada Martha Rocha, obedecendo a Constituição Federal e a do Estado, e os ditames do nosso Regimento Interno, apresento a Indicação Legislativa 635 de 2022, solicitando ao Exmo. Sr. Governador o envio de Mensagem para esta Casa - por isso é uma Indicação Legislativa - dispondo sobre a criação do código de saúde. Apresenta nesta indicação legislativa uma minuta de anteprojeto de lei com 175 artigos, e como ela mesmo discursou, esse texto teve a colaboração fundamental dos profissionais da área da Saúde do Estado que se fazem aqui representar.

Um texto denso, bem escrito e que deveria vir a debate no Parlamento e virar lei. Ocorre que é uma legislação legislativa. Então, vai caber ao Governador enviar Mensagem para esta Casa. Eu gostaria muito que viesse para que essa Indicação Legislativa fosse transformada em lei.

Nós estamos, Sr. Presidente na segunda quinzena do mês de abril, completando quase um mês do mês de outono. Era hora de o Governador mandar para esta Casa um projeto dessa qualidade, que seria o código da saúde que na comissão foi muito bem trabalhada, exaustivamente, pela Deputada Martha Rocha, na legislatura passada, para que esse projeto chegasse aqui na Casa.

Sei que V.Exa. é vice-Presidente da Casa, então, estou solicitando aqui, em meu nome, e garanto que no da Deputada Martha Rocha, que o senhor faça a gestão junto ao Governador Cláudio Castro e ao Secretário Dr. Luizinho, Deputado Federal, que trabalhe rapidamente para que nos envie a Mensagem. O projeto está posto. Se eles acham que têm que fazer algum aperfeiçoamento, o façam, mas, que enviem. Queremos que vire lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Para discutir, nosso nobre Deputado Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC (Para discutir a matéria) - Presidente Brazão e Deputada Tia Ju, boa tarde a vocês, Procurador Robson, Senador Marquinho, um prazer vê-lo aqui, radiante, risonho, como sempre.

Bom, eu estou aqui para apoiar a Indicação Legislativa 635 da Deputada Martha Rocha, que presidiu por muito tempo a Comissão de Saúde. Aliás, teve um desempenho fantástico num período difícil. E é pertinente, muito pertinente, a necessidade de se criar um código de saúde.

Agora, eu faço uma consideração não só sobre o projeto, mas, sobretudo sobre as indicações na linha do que o Deputado Luiz Paulo falou.

Eu, durante um curto espaço de tempo, participei da Comissão de Indicações Legislativas, inclusive não tinha pedido. Tinha pedido para participar de outras comissões para as quais eu não tinha sido indicado. Eu fui, mas acabei na Comissão de Indicação Legislativa por um curto espaço de tempo. Instalei, por ser o mais antigo.

Na época, eu me lembro ter proposto, e os deputados acharam a ideia boa, que o Governador, o staff do Governador, seus assessores, respondessem às Indicações Legislativas, tanto as que eles fossem acatar quanto as que eles fossem rejeitar. Por exemplo, ele podia dizer "olha, não vou enviar essa Mensagem porque já existe algo parecido, ou porque eu não concordo, ou porque existe uma lei federal". Um argumento qualquer. Ou então, "sim, vou enviar, vou pedir para minha assessoria preparar um anteprojeto". Ai, nós, Deputado Brazão, vamos ter, digamos assim, um diálogo. Porque, às vezes, parece que estamos fazendo uma indicação legislativa, Deputado Malafaia, para a estratagemas ou para os poderes do além, quando, na verdade, estamos falando para o Governador, o nosso Governador do Estado. Então, era razoável - não vou dizer que ele passasse o dia respondendo - que ele tivesse uma equipe e que dissesse: "Olha, tal indicação, infelizmente, não vamos fazer por tal razão. Tal, mais adiante, faremos". Esta aqui é ótima. Vou pedir para uma equipe preparar uma minuta do que venha ser um Código de Saúde para propor aos Deputados e Deputadas que o aperfeiçoem, como julgarem, nesta Casa Legislativa.

Por fim, Presidente Brazão, vou dizer que estou querendo criar, Deputado Luiz Paulo, um movimento novo nesta Casa, que é o MSPL, o Movimento dos Sem Projetos de Lei. É um novo movimento. Eu não vou, Deputada Marina do MST, concorrer com o MST, mas é o MSPL - Movimento dos Sem PL. Estou há quatro semanas sem PL na pauta. Deputado Brazão, V.Exa. me conhece de outros carnavais. Estou com uma síndrome de abstinência. Está me dando coceira. Eu lhe confesso que está me dando uma certa coceira. Outro dia, o Deputado Samuel Malafaia falou - estava online aqui - sobre este tema, dos projetos que não entravam em pauta. Depois pode ser que já tenha conseguido alguma coisa. O Deputado Luiz Paulo fala de um assunto do qual somos vítimas.

O SR. LUIZ PAULO - Somos vítimas de etarismo.

O SR. CARLOS MINC - Etarismo. Mas o problema é que Deputados mais novos também não conseguem colocar em pauta. Então, o MSPL - o Movimento dos Sem PL - não discrimina idade. Os novos, como o Deputado Brazão, que é um jovem competente, também pode fazer parte desse movimento. É um movimento que não tem aspecto ideológico: é amplo, geral e irrestrito. Eu tenho, Deputado Brazão, V.Exa. sabe, mais de 230 leis aprovadas. Nenhuma delas é nome de rua e nem para bajular os poderosos de plantão. Eu ainda sou daqueles que me preocupo em fazer com que elas sejam cumpridas. Eu, inclusive, me preocupo... Tem Deputados que falam assim: "Esse Minc se acha mesmo, né? Tão presunçoso... Ele não só quer aprovar, mas ainda quer que a lei seja cumprida. Olha que sujeito mais presunçoso. Ele ainda quer que a lei seja cumprida. Ele se acha".

Mas, então, Presidente, para concluir e não ocupar mais o tempo, é só para dizer isso: nós queremos trabalhar, todos nós. Os projetos podem ser aprovados, rejeitados, modificados, mas é importante que os projetos sejam publicados e venham para cá.

Por exemplo, na CCJ, vejo aqui o nosso presidente constitucionalista. Ele põe dezenas e dezenas de projetos em pauta. Vota todos os projetos. Sem distinção. Eu até disse para o Deputado Rodrigo Amorim que eu via nele uma certa dicotomia entre o magistrado completamente austero, imparcial, justo, na CCJ, e um Deputado, digamos assim, para usar uma linguagem amigável, muito combativo - entre o combativo e o beligerante - claro, na defesa de seus princípios ideológicos. Muito bem. O que é certo é que todos nós temos o direito de os projetos virem em pauta para serem aprovados. É para serem publicados e discutidos.

Portanto, estão abertas as inscrições para o MSPL, o Movimento dos Sem PL. Estou há quatro semanas com síndrome de abstinência. Estou me coçando todo, Deputado. É a síndrome de abstinência.

O SR. SAMUEL MALAFAIA - Sr. Presidente, fui citado pelo nobre colega.

Quero dizer que, no meu caso, foi um pequeno esquecimento por parte do nosso Presidente e, talvez, tenha feito isso para dar oportunidade para os mais novos, que estão cheios de projetos, mas, aos poucos, vai me contemplar.

Outra coisa. Gostei da ideia da Deputada Martha Rocha com relação ao Código de Saúde. 300 anos atrás eu fiz o Código Ambiental e isso foi um projeto de lei. Então, vou refazê-lo, pedindo que faça dessa forma, uma Indicação Legislativa, porque o projeto de lei também não andou. Ele foi para cá, para lá, está parado há 200 anos.

Acho que este é o caminho, estou aprendendo aqui cada vez mais.

Quero pedir ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça para transformar - o nosso projeto foi muito bem trabalhado, o senhor também acompanhou - em uma indicação.

Não adiantou, o projeto está no forno, mas nunca assa, meu irmão.

O SR. LUIZ PAULO - O senhor me concede um aparte, Deputado Samuel Malafaia?

O SR. SAMUEL MALAFAIA - Tem 17 anos.

O SR. LUIZ PAULO - Deputado Samuel Malafaia, ouso discordar de V.Exa., porque se no seu código ambiental V.Exa. não mexer nas estruturas do Poder Executivo, ele é totalmente constitucional, pois em meio ambiente o Parlamento é concorrente com o Executivo e com a União para dar iniciativa em Projeto.

O.k.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Outra coisa que quero falar, Deputado Carlos Minc - um minutinho, presidente da Comissão de Constituição e Justiça -, como o senhor falou que tem 200 e poucos projetos...

O SR. RODRIGO AMORIM - Leis aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - ...leis aprovadas, acho que o senhor tem que realmente ajudar muito esses jovens Deputados que têm poucos Projetos como os nossos Deputados Professor Josemar, Yuri, Jari Oliveira.

Os Deputados antigos têm que ajudar, que incentivar esses Deputados jovens a colocar em pauta.

O SR. RODRIGO AMORIM - Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Vamos fazer um trabalho em cima disso? Não fizemos das mulheres? Agora vamos buscar os jovens que estão chegando e colocar esses projetos.

Acho que o senhor concorda pela sua experiência de política de anos trabalhados, pois conheço o senhor há muitos anos. O senhor é um homem muito sério, é uma pessoa muito conhecedora do Regimento Interno, nunca vai deixar um jovem que tenha idade para ser seu filho, para ser filhos nossos, pois há vários jovens aqui com idade para ser nossos filhos - não vou dizer neto, porque não quero envelhecer ninguém.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, olha só, na Sessão passada, discurssei, e parte do discurso foi para V.Exa.

V.Exa. continua a presidir.

Não pedi a V.Exa. que o projeto do velho Luiz Paulo viesse à pauta, não pedi isso.

Por enquanto, estou pedindo, daqui a pouco vou exigir, nem que seja na Justiça, que o projeto seja publicado. Ele é de fevereiro, e ainda não publicou. O senhor está entendendo a gravidade, Sr. Presidente?

É apenas publicar. Se vai à pauta ou não, é talante do Presidente, mas publicar, passados mais de dois meses, Sr. Presidente? Estou sendo cercado no meu mandato, do direito de fazer política. Temos um mandato, está na Constituição o direito de se fazer publicar.

Só quero que publique.

Tenho levado na brincadeira, na cortesia, afinal, somos todos colegas, mas quase três meses para publicar um projeto de resolução que propõe incluir no Colégio de Líderes, no Regimento Interno.

O Colégio de Líderes formalmente existe e funciona desde a época do Presidente Picciani.

Isso foi tema, inclusive, no ano passado, de defesa de trabalho e aula ministrada na Escola do Legislativo.

Queremos regularizar uma situação, e não publica.

Não publica por quê? Porque deve ter algum empecilho, ou é político ou é por causa do autor do projeto. Não quero acreditar que seja porque tenho 77 anos.

Mais uma vez, estou solicitando a V.Exa. que mande publicar. Não estou pedindo para vir à pauta. Já pensou se V.Exa. ou o Deputado Carlos Minc apresentarem duzentos projetos e não serem publicados? Qualquer projeto para vir à pauta, primeiramente, tem que ser publicado. O Regimento Interno é claro: cinco dias. Faz três meses, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Eu também tenho um projeto que foi publicado e está travado há muito tempo nas comissões. São Deputados que têm experiência. E está faltando isso. Esse projeto é muito interessante, porque vida, a gente não traz de volta. Qualquer bem material pode ser reconstruído. Não é, não, Deputado Professor Josemar? Há um projeto que está parado na mão de alguns Deputados nas comissões. Não podemos fazer isso com o nosso semelhante. Temos que estar nas comissões e temos que liberar os projetos. Não podemos ficar agarrados.

Eu faço esse pedido ao senhor, Presidente da CCJ: que a gente consiga tratar todos como iguais. Hoje, para todos os Deputados - quem teve mais voto, ou menos voto - os direitos são iguais. Por isso, a gente pede.

O nosso Presidente Rodrigo Bacellar falou isso o tempo todo: direitos iguais. Aqui não tem verde nem vermelho. Não tem bandeira. Aqui nós temos que defender o Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Com a palavra.

O SR. RODRIGO AMORIM - Quero agradecer a V.Exa. a oportunidade desse debate. Ele é muito oportuno. Aproveito o bom astral com que V.Exa. fez a solicitação legítima e justa, mas há alguns problemas, que serão solucionados, que se arrastam de outrora. Vou dar exemplos claros: a gente tinha o hábito, em outras legislaturas, mas principalmente na anterior, de dar os pareceres verbais. O projeto é publicado. Não caminhava nas comissões. Tivemos pandemia. Tivemos uma série de questões importunas nesse período. A CCJ não realizava as audiências. O projeto não tramitava nas comissões. Vinha à pauta. Às vezes, um projeto era protocolado numa semana e na outra semana já estava na pauta. Ele não recebia parecer de comissão alguma. A gente começou a criar um hábito nesta Casa, demonstrado em quase toda a pauta: pendendo de parecer de todas as comissões, desde a CCJ até as comissões temáticas. Isso gerava alguns problemas. O primeiro era o de enfraquecer os trabalhos das comissões.

Hoje, tivemos uma discussão muito profícua na CCJ no que diz respeito - aproveitando a presença do Procurador-Geral da Casa aqui - a dois temas fundamentais. O primeiro são as leis que versam - até uma lei de autoria do Presidente Brazão - sobre o reconhecimento de utilidade pública de uma instituição. Existe um Decreto Lei de 75 que cria regras para a apresentação desses PLs. Além disso, há uma Resolução da CCJ, da década de 90, 92, que cria outros critérios. O que estava acontecendo na legislatura anterior é que a Fazenda estava vetando ou simplesmente, quando a lei acabava sendo aprovada, não dava o tratamento tributário diferenciado para aquelas instituições que foram sujeitas à declaração de utilidade pública, porque não reconhecia a Resolução da CCJ.

A CCJ está enfrentando essa temática, hoje. Vamos apresentar um projeto de lei revogando o Decreto Lei e acabando com a Re-